

# STAL apela a uma forte mobilização para 15 de Março

01-Mar-2013

## ACABAR COM OS ROUBOS, A IMORALIDADE

E O EMPOBRECIMENTO Porque é hora de acabar com os roubos, a imoralidade e o empobrecimento do país, a Comissão Executiva da Direcção Nacional do STAL apela a uma forte mobilização dos trabalhadores das autarquias, sector empresarial local e bombeiros na manifestação nacional da Administração Pública convocada pela Frente Comum para 15 de Março, em Lisboa.

Reunido hoje, 1 de Março, o órgão executivo do STAL analisou os impactos que a política de direita prosseguida pela coligação PSD/CDS-PP tem vindo a provocar particularmente nos trabalhadores da Administração Local, nas autarquias e nos serviços públicos que prestam, tendo concluindo que existem no sector razões acrescidas para um combate sem tréguas ao actual Governo, que para o sindicato perdeu há muito legitimidade para se manter no poder.

É medida que se sentem os impactos nefastos das políticas «chamadas» de austeridade que o Governo tem vindo a levar a cabo, aumenta a revolta dos trabalhadores e cresce a luta nos locais de trabalho. O povo português já deixou de acreditar na inevitabilidade dos sacrifícios que penalizam os mesmos de sempre e exige hoje em um ssona a demissão do Governo de Passos Coelho e Paulo Portas, demissão que para o STAL é tão necessária quanto urgente.

Por isso a manifestação da Administração Pública vai seguramente constituir mais um importante passo na luta dos trabalhadores da Administração Local, pelo que a Comissão Executiva da Direcção Nacional do STAL apela à sua mobilização forte e determinada, tendo decidido encetar todos os mecanismos necessários que permitam a saída dos trabalhadores no dia 15 de Março para a sua deslocação para Lisboa.

## Razões de sobra para a luta

Avolumam-se as razões dos trabalhadores da Administração Local para a luta, que sentem, como a generalidade dos trabalhadores e da população portuguesa, os efeitos de uma política que empurra o país para um ciclo vicioso e destrutivo de austeridade, recessão económica e retrocesso social, no qual o grande capital económico e financeiro usa as forças ao seu serviço nos órgãos do poder para obter recursos e protecção para os seus negócios.

Neste quadro de aumento das desigualdades, da pobreza, da exclusão social e da exploração, os trabalhadores das autarquias locais, do sector empresarial local e dos bombeiros têm razões acrescidas para a luta, das quais o STAL destaca:

-

A luta por salários e pensões dignas, contra o roubo total ou parcial e a sua redução permanente, indispensável para os trabalhadores e contributo fundamental para o desenvolvimento do país.

-

O pagamento dos subsídios de férias e de Natal ilegalmente retirados é um direito que decorre da negociação e do quadro legal, cujo valor terá de ser mais respeitado do que os lucros dos bancos que não pagam impostos.

-

A segurança no emprego é indispensável para a garantia de condições de futuro, pelo que o combate à precariedade, aos despedimentos e à redução brutal do número de trabalhadores das autarquias constitui tarefa imprescindível e inadiável.

-

A exigência do pagamento justo pelo trabalho extraordinário constitui reivindicação indispensável, pelo que é fundamental intensificar a luta contra a desregulação dos horários, a escravidão e a exploração.

-

A defesa da gestão pública da água, do saneamento, dos resíduos sólidos, contra a sua entrega ao sector privado de um bem indispensável.

-

A remunicipalização dos serviços públicos locais e a aprovação de uma medida legislativa que permita a integração nos mapas de pessoal das autarquias dos trabalhadores com vínculo privado nas empresas municipais.

-

A defesa do Poder Local Democrático, contra a extinção das freguesias. É indispensável a defesa dos postos de trabalho, dos direitos dos portugueses, da democracia e dos serviços de proximidade às populações.

-

Pela manutenção do horário de trabalho, contra o seu alargamento e a sua desregulamentação, quer com a adaptabilidade quer com os bancos de horas, que destroem a organização social e familiar dos trabalhadores;

-

A manutenção da ADSE e a melhoria dos benefícios que presta;

-

A manutenção e melhoria dos direitos na doença, contra a redução do vencimento por doença, caminho indispensável para encarar o futuro com confiança.

Em 15 de Março lutamos pelos direitos, pelo futuro e pelo país!